



Vera Rocha

Assembleia da União de Freguesias de São João das Lampas e Terrugem

Acta nº 4

1ª Sessão Ordinária de 2018

Aos dezanove dias do mês de Abril do ano de dois mil e dezoito, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, no edifício da Junta, na Terrugem, realizou-se a 1ª Sessão Ordinária de 2018 da Assembleia de Freguesia de São João das Lampas e Terrugem, com a seguinte -----

Ordem do Dia:

- 1- *Período de Antes da Ordem do Dia*
- 2- *Apreciar e Votar a Acta nº 3;*
- 3- *Informação Escrita do Presidente sobre a actividade do 1º Trimestre 2018;*
- 4- *Apreciação e Votação dos Acordos de Execução com a CMS sobre reparações dos Estabelecimentos de Ensino Pré-Escolar e 1º Ciclo do Ensino Básico;*
- 5- *Apreciação e Votação da Proposta de Autorização para assunção de compromissos plurianuais na Empreitada de Recuperação de Pavimentos e Ajardinamentos 2018-2019;*
- 6- *Apreciação e Votação do Relatório de Gestão e Contas de Gerência-2017;*
- 7- *Apreciação e Votação da 1ª Revisão do Orçamento 2018;*
- 8- *Apreciação do Inventário dos Bens Patrimoniais;*

Presentes os seguintes membros da Assembleia de Freguesia:-----

1. Carlos Manuel dos Santos Duarte
2. Emídio Parcelas Pardal
3. Vera Sofia Rodrigues da Rocha
4. Fernando da Silva Pires
5. José Fernando Morais
6. Humberto Manuel Príncipe
7. José Manuel Patrão dos Santos
8. Luís Fernando Alegre dos Santos
9. Nuno Alfredo da Silva Cardoso
10. Vanessa Filipa Lopes Dias (em substituição de Ana Maria Carioca)
11. José António Alves do Paço

12. João Pedro Gaspar Ferreira
13. Diogo Camilo Costa

Pela parte do executivo da Junta de Freguesia estiveram presentes todos os seus membros, nomeadamente, o Presidente, Guilherme Joaquim Coimbra Ponce de Leão, o Secretário, Domingos Bicho Chiolas, a Tesoureira, Lígia Joana Carreira e os Vogais Ana Cláudia Branco Rolo e José Alberto dos Santos Carvalho.

ABERTURA

O Sr. Presidente da Assembleia abriu a sessão fazendo a seguinte intervenção: "Muito boa noite. Permitam-me que cumprimente todos os presentes, membros da Assembleia de Freguesia, executivo, público, elementos administrativos. Não temos, neste momento, no público pedidos de intervenção, pelo que passaremos imediatamente ao Período de Antes da Ordem do Dia."

1 - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Aberto este período o Sr. Presidente proferiu as seguintes palavras:

"Chegou à mesa um pedido de intervenção do Vogal Fernando Pires, a quem dou a palavra."

Vogal Fernando Pires - "Boa noite a todos. Eu queria apresentar aqui quatro pontos. O primeiro está a referir-se ao local onde é para se fazer a rotunda na Terrugem. Tenho conhecimento de que este Processo tem o número 1769/2017 e está aprovado. Gostava de saber se tem sido feita alguma coisa para pressionar a Câmara para que a rotunda chegue a ser feita, ou se não se pode fazer nada, ou o que é que se passará, pois o terreno foi classificado de interesse público. Outro assunto prende-se com o Largo Tito de Moraes, em A-do-Pipo, onde há dois bancos com ripas partidas, pelo que solicito ao executivo que os mande reparar ou então que os retire de lá. O terceiro ponto é a passagem de peões à saída da aldeia de Godigana, que está "apagada". Gostava que a Junta diligenciasse para que a passadeira fosse repintada. Inclusive, o sinal de aproximação a passagem de peões, geralmente está tapado com os carros ali estacionados. O quarto ponto é, também, uma travessia de peões à saída da aldeia de Carne Assada. Penso que é lastimável que não haja uma passadeira referente à Estrada de Carne Assada, para quem vai apanhar o transporte público. Fica, assim, à consideração da Junta, fazer alguma coisa por isto. Muito obrigado."

Presidente da Junta - "Boa noite. Quero cumprimentar o Sr. Presidente e membros da mesa e vogais da Assembleia. Isto é muito simples de responder. As passadeiras de peões de Godigana e de Carne Assada, como é na Estrada Nacional 247, é da responsabilidade da Estradas de Portugal (Infra-estruturas de Portugal). No caso da rotunda, trata-se de um terreno privado. Foi comprado e o que está decidido pela Câmara é que quem fizer alguma coisa nele terá de fazer a rotunda como contrapartida. De qualquer forma, por questões que interessam à Freguesia, sei que, numa primeira fase, a Infra-Estruturas de Portugal deu parecer negativo e a Câmara Municipal de Sintra, mandou novamente o processo para a IP para ver se, de uma vez por todas, autorizam a construção da rotunda no entroncamento da Rua do Alto dos Moinhos. Em relação àquilo que a Junta faz, é claro que a Junta tem manifestado, na Assembleia Municipal, a vergonha

2
Vera Rolo

3
Vira Rocha

que é a EN 247, em toda a sua extensão, mas principalmente, quando entra no nosso Concelho, pois está num estado lastimável a nível de passadeiras, a nível de valetas. A título de exemplo a Câmara foi multada em trinta mil euros por ter feito uma passadeira na EN247, junto à esferovite e foi obrigada a retirá-la. Quando se diz que a Junta tem de fazer alguma coisa, a Junta tem feito aquilo que faz todos os anos, que é transmitir à Câmara (porque à IP não vale a pena), os problemas que vemos e que nos dão conhecimento. Mas a título de exemplo, de que qualquer coisa não vai bem, temos o caso da poda das árvores da Terrugem, que deveria ser da responsabilidade da IP, vai ter de ser a Câmara a fazê-lo. Em relação aos bancos, a Junta vai arranjá-los, mas não é competência nossa. É da Câmara Municipal de Sintra. Estou à espera que a Câmara nos forneça os materiais. Mas também, estes procedimentos levam o seu tempo. Hoje mesmo, vai ser apresentada a esta Assembleia uma proposta para uma empreitada plurianual para evitar burocracias, para que o mesmo compromisso possa valer por dois anos e nos podermos substituir em grande parte, à Câmara que, acredito, também tenha grande dificuldade em dar respostas. Mas em relação à IP, a Junta está totalmente impedida de se substituir a este organismo.”.....

Vogal Luís Santos - “Boa noite a todos. Apenas uns breves pontos. Quero começar por perguntar o ponto da situação em relação às obras da Praia de Magoito, na sequência da carta que o Sr. Presidente da Assembleia enviou à ARH, a pedido do grupo de trabalho criado, se já há algum “feedback” da situação ou se continuamos à espera de respostas. Segundo parece, as obras estão quase prontas e estão como estão, não há muito a comentar, mas fica sempre a questão da duna e das agressões que foram efectuadas à duna e do parque de estacionamento que tanta “mossa” causava e, afinal, continua lá. Há uma outra situação que é a aplicação de herbicidas. Durante o mês passado, fiz algumas deslocações pela região e apercebi-me que andavam a fazer aplicações. Sei que elas são necessárias se bem que - se não estou em erro - houve uma deliberação da Assembleia para a não utilização de herbicidas. Sei que também é uma promessa de campanha do executivo, a de redução de herbicidas. Tudo bem, não é aí que eu quero chegar. O que preocupa é a falta dos EPI por parte do pessoal que anda a fazer a aplicação dos herbicidas. Não usam máscara, não usam os fatos devidos e eu acho que a entidade contratante é responsável pela fiscalização de como as coisas estão a ser feitas e se a legislação está a ser cumprida. E aqui, a legislação não está a ser cumprida. Gostava que isso ficasse salvaguardado, até para protecção dos próprios trabalhadores. Um outro assunto que queria apresentar tem a ver com a publicação da convocatória. Aliás o Sr. Presidente da Assembleia, na última reunião mencionou que tinha havido um lapso em não constar o período aberto à intervenção do público. E agora voltou a não constar. Pronto, por agora eram só estas notas que gostava de deixar.”---

Presidente da Assembleia - Muito obrigado, eu darei, já de seguida, a palavra ao Senhor Presidente da Junta, mas permitam-me que pergunte se alguma das bancadas tem mais alguém para intervir, para que depois possam ser dadas as respostas.....

Vogal Vanessa Dias - “Boa noite a todos. A minha questão é curta e mais de natureza informativa e, uma vez que estou em substituição da Ana Carioca,

Lucy
Vera Rocha

aproveito para colocar esta questão: - qual é a situação da Ecolabor, do grande vazadouro que há na Fervença? Sei que não é competência da Junta mas gostava de saber qual a influência que a Junta tem tido junto da Câmara, porque há dias em que não se consegue suportar o cheiro que vem dali. Há muita gente a queixar-se mas, por qualquer motivo as pessoas não têm coragem de procurar as resposta e poderem contra-argumentar. Gostava, pois de saber o ponto da situação. Muito obrigada.”-----

Presidente da Junta - “Muito obrigado. Se me permitem vou responder em primeiro lugar à questão da Ecolabor. Eu, como presidente da União de Freguesias, congratulo-me por ter surgido a questão, até porque eu fui um dos primeiros a iniciar um processo para que, junto da Câmara, conseguíssemos, de uma vez por todas, encerrar a Ecolabor. Mas, se às vezes as coisas correm bem, há outras em que correm mal. É que, após a minha insistência, na Câmara e na Assembleia Municipal, em que várias vezes intervim nesse sentido, o Senhor Presidente da Câmara, conseguiu que os serviços jurídicos desencadeassem, com a Polícia Municipal, um procedimento para que a Ecolabor fosse encerrada, dado que aquilo era uma aberração completa. Conseguimos, desloquei-me várias vezes à Ecolabor, tirei fotografias, filmagens, etc. Só que, as pessoas do outro lado também não são parvas e metem uma insolvência à empresa. E aqui...está tudo dito. O Sr. Polido, que é o dono do terreno, hoje estava na Assembleia, porque está desesperado e não pode fazer nada como proprietário do terreno. Nem a Câmara, nem ninguém. Aquilo agora está ali e enquanto a insolvência não se desenrolar, ninguém pode fazer nada, continuando a céu aberto toda aquela porcaria. Eu lamento que isto aconteça neste país, até porque fui informado que o Sr. Presidente da Câmara, ontem, que a Suigranja também tem uma série de processos e eu tive um papel muito importante nesta situação, trabalhei muito para que a Suigranja não ande a brincar com as pessoas; eu próprio assisti e tive de fugir com as descargas que faziam, quando estávamos a pintar os lavadouros de Alpolentim. Soubemos que a APA multou a Suigranja em quatrocentos mil euros por causa da porcaria que ali existe, mas infelizmente, a empresa já recorreu e, com certeza que vai dar em “águas de bacalhau” e andamos há anos e anos nesta situação. Na Ecolabor, parámos, já ninguém lá faz descargas, mas temos um problema que nem o proprietário pode mexer em nada do qua está ali. Portanto é esta a situação.”-----

Em relação à aplicação de herbicidas, desculpe, mas a Junta este ano, não mandou fazer qualquer aplicação de herbicida. Houve um caso de um papel que estava num poste, em Fontanelas, que se divulgou no facebook, mas se forem ver a data é de 2017. Se alguém aplicou, não foi ninguém da Junta com certeza. Aliás, a aplicação de herbicidas é legal, agora há bom senso ou não- Eu sou sensível a isso. Mas o herbicida que temos aplicado é inóquo, pelo que a questão de ter ou não ter máscara, não se põe. Pode ou não fazer-se a aplicação do herbicida. Eu tenho de respeitar as pessoas. Há as que querem e as que não querem. Por exemplo, temos as ruas de Assafora num péssimo estado e foram todas limpas em Janeiro, com 4 pessoas, diariamente a limpar valetas e às vezes, ao fim de semana, colocamos mais cinco ou seis elementos. Ainda não conseguimos fazer a Freguesia toda. Penso que na próxima semana vamos entrar na Terrugem. Mas não conseguimos. O estado em que temos o terreno não nos permite. Depois, dizem-nos assim: “-então, na nossa propriedade estamos a

aplicar herbicida e a Junta, do lado de lá do muro, não pode aplicá-lo"! Isto é constatar uma situação em que o privado aplica herbicidas onde quer, inclusive meio metro ao lado da valeta e a Junta, para certas pessoas, não pode. Mas a grande maioria pergunta-me porque é que eu não aplico herbicida? Mas nós, no executivo, já decidimos que, até que consigamos evitar, não o aplicaremos. E deixe-me que lhe diga que, se fossem os anteriores herbicidas, não haveria ervas seis meses depois, mas com este, ao fim de quinze dias estão aí de novo, quase que nem chegam a morrer. Os caracóis até passam por cima e não lhes acontece nada, para além de ser um balúrdio que se paga (três ou quatro vezes mais que o anterior), mas esses compreendia-se que fossem mais complicados em termos ambientais. Actualmente, se repararem, nas embalagens não vem lá que o produto é nocivo à saúde, nem tem o sinal da caveira, temos as fichas técnicas que o comprovam. Mas pronto, o executivo decidiu não aplicar herbicida, a não ser em dois pontos - e eu tomo a responsabilidade disso - que é o interior dos cemitérios (eu já disse aos nossos funcionários que estão credenciados, para, no final da tarde, quando os cemitérios fecham. A nível da Freguesia, se se tratar da EN 247, pode ser a Infra-estruturas de Portugal, nas Estradas Municipais, pode ser a Câmara (que a Câmara aplica herbicida). Se se tratou de um empreiteiro nosso que aplicou herbicida, vou indagar e ele terá de me responder, pois não dei ordem absolutamente nenhuma para isso.

Em relação ao Edital-Convocatório, embora isso seja matéria da Mesa, não sei se reparou, mas está lá escrito no texto que "nos termos do Artigo 22º do Regimento, a reunião iniciar-se-á com um período de 30 minutos destinado à intervenção do público." De qualquer forma, ainda hoje na sessão de câmara, o Edital referia o mesmo, ou seja, não é preciso que isto venha na ordem de trabalhos, basta vir devidamente referido.

Em relação à duna - e ainda bem que falou nisso, porque eu queria comunicar à pessoa que está a supervisionar a respectiva comissão - que ontem fui convidado pela ARH, do mesmo modo que há dois anos fui convidado também pela ARH a estar presente na reunião com a Câmara de Sintra, por uma questão meramente informal, pois nós não temos nada a ver com aquela obra. Ontem tive oportunidade de agradecer à arquitecta da APA que desse a resposta a transmitir à nossa Assembleia, pois a Lei não prevê que a APA se relacione com a Assembleia de Freguesia nem pode haver comissões em matéria que não é da nossa competência. Fui convidado para estar presente no acto de recepção da obra e, quero aqui dizer que, no meu ponto de vista, a obra está excelente. Nunca pensei que a obra ficasse com aquela capacidade. É uma obra que não um impacte ambiental negativo; os produtos utilizados são os adequados; A intervenção nas arribas do forte para norte, está muito bem feita e o passadiço também está bonito. Se há algum problema na duna, não sei não tenho conhecimentos geológicos para poder equilar se houve ali alguma situação negativa. Eu próprio vi pendurado o tal tubo do ar comprimido, sei que a APA teve muita atenção a isso, mencionando-o bem no caderno de encargos. Não estava previsto fazer-se qualquer intervenção na duna, mas somente o acesso à praia e nunca mexer na duna, pois há pareceres negativos para qualquer intervenção, mas o que vos estou a dizer é como mero espectador da reunião com as várias entidades, ou seja, Parque Natural, APA, Câmara e o empreiteiro. A Junta foi convidada porque teve de fazer a recepção da chaves, tal como o concessionário e a polícia

Euclides
Vera Rocha

marítima, penso que pelos Bombeiros, para se poder abrir as portas de emergência, quando for caso disso. Foi isto que me foi dado a conhecer e foi-me dito ontem que iriam mandar a respectiva resposta à Comissão, que é o que aí está.”-----

A Vogal Vanessa Dias referiu-se a outro vazadouro na Fervença que está a ameaçar a cascata que, cada vez mais está a atrair visitantes que se deparam com aquele “espectáculo”.-----

Presidente da Junta “ Sobre este assunto, estamos perante uma ilegalidade total e que a SEPNA sabe, a Polícia Municipal também sabe, todos sabem. Parece que um desses vazadouros está licenciado, mas nós não sabemos como é que são dadas essas licenças nem temos grande poder a não ser protestar. Eu cheguei a andar nos Lavadouros de Alcolombal para ver se dava para os recuperar e há uma munícipe que não quer que a gente arranje a estrada. Por acaso fui lá com os técnicos da Câmara e olhámos para o lado da Fervença e constatámos um cenário horrível, de centenas de toneladas de entulhos que ali são depositadas todos os dias. Os donos dos terrenos recebem bom dinheiro por cada carrada que ali é vazada.”-----

Presidente AF - “Continuando no período de Antes da Ordem do Dia, quero dar conhecimento à Assembleia que, foi feito o envio do voto de congratulação aprovado na última assembleia, para o ex-presidente desta mesma Assembleia relativamente à condecoração que lhe foi atribuída; dar conhecimento de que chegou à mesa uma moção relativa ao 25 de Abril, enviada pela Srª Presidente da Assembleia de Freguesia de Queluz-Belas; demos nota de que foi aprovada nessa mesma assembleia esta moção e também uma deliberação da Junta de Freguesia que, provavelmente, será analisada mais tarde pelo próprio executivo, eventualmente, na pessoa do seu presidente, relativamente a questões de protocolo.”----- Se não existirem, de momento, mais assuntos de interesse, passaria de imediato ao Ponto dois da Ordem do Dia:-----

Ponto 2 - Apreciar e Votar a Acta nº 3

O Senhor Presidente perguntou às diferentes bancadas se há motivo para se fazer alguma intervenção relativamente a esta acta, se está tudo em conformidade.--

Vogal Nuno Cardoso “- Boa noite, Sr. Presidente, as minhas intervenções hoje são curtas, (para compensar as da última reunião) e esta tem a ver com um tema que foi colocado pela Ana Carioca na última assembleia de freguesia. Tem a ver com o uso da palavra pelos membros da assembleia. Estou a levantar este tema porque ele estava na acta que estamos a aprovar e a minha sugestão é que se relance o tema para o podermos discutir na próxima assembleia, uma vez que a de hoje, já tem uma agenda muito preenchida. Em resumo, de acordo com o regimento, a cada membro da assembleia será concedido o uso da palavra nas seguintes condições (ponto 1.Art.36º)” Antes da ordem de trabalhos, até 3 minutos e por uma única vez.” Nada a dizer. Ainda no ponto 1 “Para intervir nos debates, até 3 minutos por cada membro” e o nº 4 (O Sr. Presidente aludiu isso em resposta à Ana Carioca) “Os membros da Assembleia que queiram formular pedidos de esclarecimento, devem inscrever-se logo que funda a intervenção que

os suscitou, sendo formulados e respondidos pela ordem de inscrição e por uma só vez". A minha intervenção vai no sentido de voltarmos ao tema na próxima sessão, para que seja clarificado."-----

Presidente da Mesa - "Eu percebo a sua dúvida e permita-me que lhe responda já. Sempre que seja colocado à apreciação ou discussão, ou votação mesmo, um determinado tema, faz to o sentido que esse mesmo tema seja debatido por todos os elementos da Assembleia, porque se não, não faria sentido estarmos aqui como é evidente. O que está reproduzido neste nº 4 - e é essa a leitura que eu faço - é que não será o caso, por exemplo da bancada do Partido do Terra ou da CDU que têm um só elemento. Mas fará todo o sentido a aplicação deste ponto para o Partido Socialista ou, eventualmente para o CDS ou PSD, que o uso da palavra seja o mais restrito possível por um único e exclusivo motivo. Se olhar, por exemplo para a sua bancada, verifico que tem cinco elementos. Parece-me perfeitamente suficiente que 15 minutos cheguem para se pedir esclarecimentos relativamente a um tema posto à discussão ou votação. Não tem obrigatoriamente - e repare que eu não lhe limito a palavra a 3 minutos - aquilo que eu disse na última Assembleia é que, se efectivamente o utilizar os 15 minutos, os seus colegas de bancada não terão tempo de intervenção no mesmo ponto. Mas 15 minutos é mais do que suficiente. Se a bancada estiver coordenada, no sentido de questionar quem interveio, parece-me perfeitamente razoável - e garanto-lhe que ninguém. Nesta Assembleia, ficará sem resposta, relativamente a qualquer pedido de esclarecimento que seja feito. Mas poderemos voltar a este assunto sempre que o Partido Socialista ou qualquer outra bancada solicitar esclarecimento relativamente a ele. Agora, não vamos é ter a possibilidade de alterar o Regimento que foi aprovado, como é evidente, mas podemos debater o Regimento novamente e podemos solicitar alterações. A Assembleia é soberana e não depende do Presidente da Assembleia a alteração ao Regimento, como é evidente. Muito obrigado."-----

Vogal Luís Santos - "Em relação às alterações que foram efectuadas à acta nº 2, gostava de perguntar se era possível que nos fosse enviada a acta nº 2 corrigida."-----

Presidente da Mesa - "Irei pedir aos serviços que nos façam chegar a acta conforme o solicitado. Muito obrigado."-----

Não havendo mais intervenções relativamente a esta Acta, eu coloco-a à

VOTAÇÃO:

Contra - 0

Abstenções -0

RESULTADO : APROVADO POR UNANIMIDADE

Passemos então ao Ponto Nº 3 da Ordem do Dia

3- Informação Escrita do Presidente sobre a actividade do 1º Trimestre de 2018.

Sr. Presidente da Junta, tem a palavra.

Guilherme
Vera Rocha



Vera Roche

Presidente da Junta - "Sr. Presidente, gostaria de dizer duas ou três palavras sobre esta informação escrita em especial, porque ela está um pouco diferente daquilo que era habitual. Nesta Assembleia irá ser apreciado e votado um compromisso plurianual e é por isso que não aparecem obras neste primeiro trimestre, pois ainda não temos procedimento para isso. Limitámo-nos assim a apresentar obras de manutenção que, diga-se, não foi pouco, pois nós temos uma certa tendência para não apresentar nesta informação escrita, o trabalho que o nosso pessoal faz e nós temos de valorizar esse trabalho, pois 4 funcionários para 87 Km², para 11 parques infantis, 2 campos polidesportivos, 2 cemitérios (não esquecer que já não existem coveiros e tem de ser o pessoal a substituir). A situação obriga a que se contrate um avençado para que se consiga dar uma resposta mais próxima da necessária. Não sei se sabem, mas com a nova lei que regula os parques infantis, somos obrigados a ter um funcionário a fazer, diariamente, uma visita e um relatório a cada parque infantil. Esse relatório passará a semanal, e feito pelo mesmo funcionário, Porquê? Porque voltámos a ter a ASAE como principal entidade fiscalizadora dos parques infantis e não a Câmara Municipal de Sintra. A Câmara continua a fazer a sua fiscalização, mas quando vem, já é tarde, pois nós conseguimos fazer um serviço preventivo. Temos um contrato com uma empresa certificada, que, trimestralmente, vai fazer a avaliação preventiva de todos os equipamentos. Isto para além do que é feito diariamente e semanalmente pelo nosso funcionário. Esse documento tem de estar na Junta, à disposição de uma qualquer fiscalização da ASAE que nos surja e seremos muito penalizados se não tivermos as coisas em ordem. Temos a limpeza dos parques infantis, que têm de ser limpos diariamente (limpeza superficial) e semanalmente (limpeza de caixotes do lixo) e trimestralmente, temos de fazer uma prevenção. Posso dizer-vos que esta empresa está a fazer uma intervenção correctiva da ordem dos sete mil euros, tal é o estado em que em 3 meses ficaram os parques infantis. 90% das correcções é por actos de vandalismo. Não há nada que resista a isso. No Parque de Vila Verde, gastámos uma fortuna há dois anos e, de lá formos ver está tudo novamente a precisar de arranjo; o Recinto Polivalente João Sousa Leitão, na Terrugem também está sempre a ser vandalizado. Tivemos de colocar uma porta exterior de ferro para não nos vandalizarem a porta de alumínio. Penso em fazer um telhado nos sanitários públicos, para dissuadir que saltem para cima da placa de cimento. Partem-nos os aparelhos todos, partem os bancos, partem as paredes, partem os holofotes, partem as churrasqueiras... é impressionante esta situação. Estamos a pensar fechar o recinto polivalente á noite, para ver se ninguém entra lá para dentro. Vamos ter de colocar uma rede que envolva todo o recinto. Vamos tentar isolar, para o ano e se houver dinheiro; abrir um portão para a outra rua, com fecho automático como têm os cemitérios. Em suma, nós temos cerca de vinte e oito mil euros para os parques infantis e já gastámos quase tudo. É isto todos os anos, desde que os parques infantis nos foram entregues. E isso não está aqui, como não está aqui, uma série de situações que os nossos homens resolvem, como a colocação de pinos, arranjar bancos de jardim, embora isso seja uma competência da Câmara, desde que nós possamos resolver, resolvemos. Também é importante a informação sobre os funerais porque são os mesmos funcionários que os fazem. Tentamos ao máximo que o nosso pessoal vá fazer as intervenções. O mesmo acontecerá nas escolas, cujas reparações, agora, irão passar a ser delegadas na Junta, se forem aprovadas nesta Assembleia. Iremos tentar ao



Eucly
Vera Roda

máximo, que seja o nosso pessoal a fazer as intervenções para não termos de contratar, embora haja trabalhos que não conseguimos fazer. É que também há um outro factor a ter em conta na disponibilidade do nosso pessoal que é o elevado número de funerais, muitos deles aos fins de semana, o que obriga a folgas e nos vai retirando capacidade de resposta. Por isso, é justo que se dê ênfase ao trabalho dos nossos funcionários, que por vezes têm de se desdobrar para dar conta das situações. A propósito desta nova competência das reparações nas escolas, isto vai obrigar a um aumento do trabalho quer operacional, quer administrativo, pois é preciso fazer relatórios e folhas de obra. E aqui eu quero pedir à Assembleia que tenham em consideração estes protocolos, que já foi aprovado em todas as outras freguesias e não iríamos ser apenas nós a não aceitar até porque isso passará a ser uma competência própria da Junta a partir de 2020, creio. Mas queria, de facto, realçar o trabalho dos nossos funcionários pois somos a maior freguesia do Concelho de Sintra e a que tem menos pessoal. Em relação à Informação Escrita, têm-na na mão, é simples e estarei à vossa disposição para os pedidos de esclarecimento que entenderem. Muito obrigado.” -----

Presidente da Mesa - “Muito obrigado, Sr. Presidente. Permita-me que, olhando para a informação escrita, ressalve a questão social. Apresenta-se aqui um conjunto de informações relativamente a reuniões efectuadas nomeadamente com técnicos da Comissão Social da Freguesia e Rede Social, e afigura-se-me extraordinariamente importante o que aqui está mencionado. Não pude deixar, no entanto, de olhar para o último ponto onde é feita referência a duas visitas domiciliárias. Temos todos, seguramente, consciência de que muitos dos nossos municípios atravessam enormes dificuldades e eu não queria deixar de louvar este tipo de iniciativas. No entanto, solicitava ao Sr. Presidente ou a alguém do executivo, que de uma forma um pouco mais exaustiva nos retractasse, se possível, as visitas efectuadas e o contexto em que ocorreram e se, efectivamente, esta Junta detectou mais alguns casos que pudessem ser não só de apreciação, mas de intervenção da própria Junta.”-----

Presidente da Junta - “Sr. Presidente, sobre as visitas, posso-lhe dizer que há falhas da Segurança Social, há falhas da Polícia Marítima, há falhas de toda a ordem e temos de ser nós a intervir porque se não, não há assistência social. Ontem, por exemplo, recebemos um telefonema da Polícia Marítima, para tratarmos do assunto do marido da senhora que morreu na Ericeira. Mas que competência é que a gente tem para isto? Não tínhamos nada que lá ir, mas se não formos lá nós, ninguém lá vai. Inclusive, as pessoas nem recenseadas estão na Freguesia. Chega-nos uma denúncia de que na Terrugem, à meia noite, está uma senhora nua, da cintura para baixo em frente às bombas de gasolina e ninguém faz nada! Vamos para a Câmara à meia noite? Já chegámos a ligar às cinco da tarde e informam-nos de que a Divisão de Acção Social já está fechada! Telefone para o Centro Social de S. João das Lampas (?) e o que nos dizem é que lhe podem dar banho e comida, mas temos de arranjar onde possa dormir(?). E estamos nós a fazer o trabalho que compete à administração central e à Câmara Municipal de Sintra. Quero aqui reconhecer o trabalho excelente que o Dr. Quinta Nova, da Câmara Municipal de Sintra, está a levar a cabo na área social. Bem sei o empenho que ele tem tido em resolver grande parte das situações que lhe aparecem e, inclusive, das nossas instituições. Quanto aos dois casos de que o

Euclides
Vera Rabe

Sr. Presidente falou, por se tratar de matéria sigilosa, nem eu sei, pois só a técnica é que sabe.”-----

Presidente da Mesa - “Oh Sr. Presidente eu percebo tudo isso, mas não pedi que fosse retractada a esta Assembleia questões técnicas. O que eu pretendi com esta minha intervenção, foi, em 1º lugar, louvar o que está aqui escrito, porque me parece bastante matéria para um trimestre em termos de acção social. E, permita-me que lhe diga que nunca me tinha apercebido de uma tamanha quantidade de matéria de acção social numa informação escrita. Dou-lhe os meus parabéns por isso. Mas não pretendia informações técnicas relativas a casos específicos. Aquilo que eu pretendi foi que, de alguma forma, fosse trazida a esta Assembleia um pouco mais do que aquilo que estava aqui escrito. São efectivamente pessoas da Freguesia, não quero saber nomes, nem moradas. Não é isso que me interessa. São pessoas da Freguesia, se já detectámos se podem ou não existir outros casos, estamos a trabalhar nesses casos...foi somente isso que eu pretendia que fosse trazido a esta Assembleia, porque me parece, e perdoem-me a minha sensibilidade social, que é extraordinariamente relevante que a Assembleia tome conhecimento deles. E agradeço-lhe os seus esclarecimentos relativamente a outros casos que eu também desconhecia.”-----

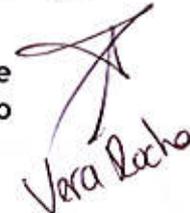
Presidente da Junta - “Sr. Presidente, há-de reparar, se for ver as outras informações escritas, em todas elas vem escalpelizado o trabalho da nossa Acção Social, como seja a distribuição mensal de alimentos, os medicamentos, tudo. Depois acontece, como no início deste mandato, muitas reuniões na Câmara, CLAS, etc, e depois, é natural que nos outros meses já não haja essas situações.”

Presidente da Mesa - “Muito obrigado. Eu pergunto agora às diferentes bancadas se, relativamente à Informação escrita apresentada pelo Sr. Presidente, existe alguém que pretenda intervir?”-----

Vogal Diogo Costa - “Boa noite a todos os presentes. Eu fiquei um bocado perplexo quando ouvi que não temos coveiro para tratar dos funerais nos dois cemitérios e eu pergunto: e quando é para se fazer levantamentos...quem é que trata disso? Muito obrigado.” -----

Presidente da Junta - “São os nossos homens, que estão completamente apetrechados para isso. Já não existem coveiros há muito tempo. Existem assistentes operacionais supervisionados pelo técnico administrativo - que tem 40 anos de experiência- e por mim. Portanto, agora não se contratam coveiros, mas sim assistentes operacionais, que têm de lidar com essas situações ou com outras. Os coveiros que existiam, de facto, um foi despedido e o outro está de baixa, mas passou a assistente operacional. Vamos ver se ele volta, porque se não voltar, teremos de alterar o mapa de pessoal para podermos colmatar essas dificuldades. Mas já se sabe que quanto mais pessoas pusermos na Junta menos dinheiro haverá para outras coisas. Se tivermos muita gente a trabalhar na Junta, podemos fazer muito trabalho, mas temos de ter dinheiro para pagar os ordenados. Se entregarmos o serviço às empresas exteriores, será na medida das disponibilidades, porque não ficamos a dever nada a ninguém.”-----

Presidente da Mesa - “Muito obrigado. Não havendo mais interpelações relativamente à Informação Escrita do Sr. Presidente, passemos então ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos :-----

Ponto 4 -Apreciação e votação dos Acordos de Execução com a CMS sobre reparações dos estabelecimentos de ensino pré-escolar e primeiro ciclo do ensino básico.

Dou a palavra ao Sr. Presidente da Junta: “

Presidente da Junta - “Muito obrigado Sr. Presidente . Como todos sabem, vai ser competência da Junta, no próximo ano, os trabalhos de pequenas obras de reparação e manutenção dos espaços das escolas. Vamos ter 11 escolas, incluindo a das Lameiras, que, pertencendo a outro agrupamento, está na área da Freguesia e como tal será da nossa responsabilidade. Vai ser um processo muito complicado e, de início, vai ser diabólico. Como devem calcular, já toda a gente começa a pedir, sem saber ainda o que é que se passa. Hoje estive numa reunião com o Sr. Vice-Presidente, Rui Pereira, para tirar a limpo uma série de situações. Da minha parte fiquei muito contente e o Sr. Vice-Presidente foi daqui bem elucidado sobre as necessidades que temos e que são da sua área de competência. A breve trecho, penso que teremos grandes novidades para a nossa Freguesia. Contou-me que a Câmara teve grandes dificuldades em encontrar a solução legal para fazermos estes contratos administrativos e isto veio libertá-la de responsabilidades, porque a Câmara não consegue dar resposta às escolas de 11 freguesias. E nós, com a proximidade, temos mais hipóteses de resolver alguns problemas, de forma mais rápida. Mas gostei muito de ter essa reunião (até pedi à D. Maria José para estar presente, pois a sua experiência como presidente da Associação de Pais por vários anos, tem alguma experiência nestas questões e isso é uma mais valia). Para ilustrar o grau de exigência que as nossas escolas apresentam, o Sr. Vice-Presidente contou que vai a França, onde neva com frequência, as escolas não têm alpendre e aqui todas querem ter. De facto, o nosso povo, está carente e exige tudo e mais alguma coisa. Ora, e se há 4 meses que não há manutenção das escolas nem são atendidos pedidos por parte da Câmara, vão, agora, aparecer todos ao mesmo tempo, na Junta e isso vai criar-nos algumas dificuldades. Se estes acordos forem aprovados, só amanhã é que irão ser enviados à Câmara para os serviços jurídicos elaborarem os documentos definitivos para, finalmente, lá ir assinar. E isto vai-se arrastando e, de certeza que não vai ser durante o mês de Maio que iniciaremos os trabalhos. De qualquer forma, como todas as outras freguesias aceitaram estes acordos, penso que não deveremos ficar sozinhos e peço-vos que também os aproveem , pois iremos conseguir dar a volta por cima. Muito obrigado. “.....

Presidente da Mesa – “Muito obrigado. Pergunto se há pedidos de esclarecimento relativamente a esta situação. Não havendo passamos à votação.

VOTAÇÃO:

Votos Contra -0

Abstenções -0

Votos a Favor -13

Resultado : Aprovado por unanimidade.

Passemos então ao ponto nº 5 -

E. C. P.
Vera Rocha

Ponto 5 - Apreciação e Votação do Proposta de autorização para assunção de compromissos plurianuais na Empreitada de Recuperação de Pavimentos e Ajardinamentos-2018-2019.

Pergunto ao executivo se tem algo a acrescentar em relação a este ponto.”-----

Presidente da Junta - “Isto é uma forma que vai facilitar muito os compromissos, pois actualmente, se eu fizer 20 obras terei de fazer 20 compromissos. Assim, com consulta prévia a três ou quatro empresas e escolhendo a que nos apresentar melhores condições para um mesmo caderno de encargos, permite-nos fazer um conjunto de obras no que concerne a pavimentos e ajardinamentos na Freguesia e evitaremos estar a repetir o procedimento para 2019. Isto é um procedimento que todas as freguesias estão a seguir e elimina muito trabalho administrativo para se fazer a mesma coisa. É por isso que nós propomos que a Assembleia nos autorize a um compromisso por dois anos.”-----

Presidente da Mesa - “Muito obrigado, Sr. Presidente. Pergunto às diferentes bancadas se pretendem intervir neste ponto”. -----

Vogal Luís Santos - “Só queria perguntar o porquê de ser um concurso em regime de consulta prévia e não um concurso público, pois parece-me que isso seria mais vantajoso conseguindo-se melhores valores.”-----

Presidente da Junta - “Porque não há necessidade, pois não ultrapassa os cento e cinquenta mil euros e com a burocracia de um concurso publico não fazíamos obra durante seis meses.”-----

Presidente da Mesa - “Muito obrigado. Se não há mais pedidos de esclarecimento sobre este ponto, vamos passar à votação do mesmo:-----

Votos Contra - 5 (PS)

Abstenções - 0

Votos a Favor - 8

Resultado : Aprovado por maioria.”

O **Vogal Luís Santos** disse, em **Declaração de Voto**, que a bancada do Partido Socialista votou contra porque considera que as consultas prévias, pela experiência profissional que tem, não trazem mais vantagens para a Freguesia que o concurso público. O voto contra foi apenas por essa razão.”-----

Presidente da Mesa - “Muito obrigado. Passemos então ao ponto nº 6 -----

Ponto 6 - Apreciação e Votação do Relatório de Gestão e Contas de Gerência de 2017.

Dou a palavra ao executivo.”

Presidente da Junta - “Sr. Presidente, julgo que na introdução feita à prestação de contas, está devidamente explicado o sucesso que tivemos, que registou uma execução orçamental na receita, de 99% e na despesa e 95%, transitando para este ano, cerca de 66 mil euros, que nos dá algum conforto para o ano seguinte.



Vera Rocha

Qualquer pergunta de natureza técnica, façam o favor de colocar, que a Dr^a Filipa responderá. As de natureza política, obviamente terei eu todo o gosto em esclarecer.”.....

Presidente da Mesa - “Muito obrigado Sr. Presidente, mais uma vez pergunto se há pedidos de intervenção”.

Vogal Nuno Cardoso - Começo por pegar no que o Sr. Presidente acabou de referir, quando falou no saldo e na execução orçamental de 2017 para 2018, que é de 67 mil euros. Mas, faço a minha análise, embora não seja perito em contabilidade, e tenho as minhas dúvidas. Creio eu que o saldo de 2016 para 2017 era de 131 mil euros, portanto, o exercício de 2017 resulta num prejuízo de 64 mil euros. É a diferença. Então façamos as contas de outra maneira: a receita realizada foi de um 1 milhão e 78 mil euros (porque eu não estou a contar com o saldo transitado); as despesas foram de 1 milhão e 142 mil euros. A diferença dá 64 mil euros, que corresponde à diferença entre o saldo transitado do ano anterior para este ano foi de 64 mil euros. O Senhor presidente falou no vandalismo nos parques infantis, etc e acredito que tudo isso complique a gestão corrente. Será essa a razão para esse “prejuízo” (que, se calhar não é a forma correcta de lhe chamar)? Ponto nº 2, o apoio dado aos bombeiros: 19 mil euros. Eu aplaudo, todos sabemos bem a importância destas entidades, como, infelizmente, vimos no Verão passado.... Mas 18 mil (95%) foram só para os Bombeiros de Sintra, sendo 2,5% para Montelavar e 2,5% para S. Pedro. Embora a área de intervenção de Sintra seja diferente, parece-me uma grande disparidade.....

Presidente da Junta - “Não se trata de prejuízos, mas de decisões do executivo. Não é uma questão de prejuízo nem de lucro. Desculpe estar a entrar em diálogo consigo, mas o saldo ou se gasta ou não se gasta. Mas nós nunca gastamos, porquê? Porque devemos sempre entrar no novo ano com alguma margem de conforto. E felizmente, agora, nem se põe o caso da falta de verbas, mas houve anos em que o Estado se atrasou a transferir as verbas. Felizmente, agora, quer a Administração Central quer a Câmara têm feito as transferências no momento certo. Mas isto não é a contabilidade de uma empresa em que os accionistas exijam que haja lucros. Podemos gastar mais dinheiro porque fomos obrigados a fazê-lo face às circunstâncias surgidas. Poderemos gastar mais ou gastar menos, mas sempre dentro dos limites que a Assembleia de Freguesia nos autorizou ao aprovar o orçamento. E quando é aprovada a revisão orçamental, a Assembleia autoriza-nos a incorporar o saldo transitado e outras receitas não previstas inicialmente, como é o caso destes 30 mil euros dos acordos das escolas. Podemos ou não aplicar esse dinheiro. Não é uma questão de lucro ou prejuízo, mas sim de maior ou menor execução orçamental. No Final do ano, até podemos ter um saldo de 5 mil euros ou ter um saldo de 200 mil euros (e aí iria acusar-nos de não termos feito obra). Tal como agora estão, na Assembleia Municipal - de que eu tive de me ausentar para estar aqui - a acusar o Sr. Presidente da Câmara de ter 108 milhões no banco porque não faz obra. Eu não quero que me acusem de não fazer obra, mas também não quero que me acusem de fazer obra a mais. Nunca foi prática das Juntas - tanto da Terrugem, como de S. João - gastarem até ao limite. Ficou sempre alguma margem para o ano seguinte. Quanto aos Bombeiros, ainda não decidimos os subsídios para este ano, mas os Bombeiros de Sintra

Escreva
Vera Rocha

representam 90% da área da Freguesia. Sei que Colares tem uma mancha muito pequenina, Montelavar também e S. Pedro tem um bocadinho mais, mas, como disse, cerca de 90% pertence a Sintra. Claro que os Bombeiros de Sintra têm uma pressão maior com o nosso território, pois nós sozinhos temos mais terreno sob a sua alçada que Sintra. Aliás os Bombeiros de Sintra estão sediados em área que não é a deles. Isto á caricato, mas qualquer problema que haja frente ao seu quartel, têm de ser os Bombeiros de S. Pedro a intervir. Isto é uma aberração como é a dos agrupamentos e divisões da freguesia. Mas a verdade é que temos dado todos os anos aos Bombeiros de Sintra, 3 500 euros, e damos 500 euros a cada uma das outras corporações. Só que, no ano passado, Colares pediu-nos apoio para uma ambulância e nós demos 2500 euros para esse efeito. E Sintra decidiu comprar um terreno de 125 mil euros para fazer o Lar do Bombeiro, que vai ser o único do País e solicitaram-nos uma participação especial para adquirir o terreno contíguo ao quartel de Bombeiros. A Freguesia de Sintra também entrou com 15 mil euros, enfim, o importante era poder sinalizar a compra e não deixarem escapar aquela oportunidade. O executivo entendeu participar com 10 mil euros para esse efeito. Tratou-se de uma questão pontual. Também a esta mesma corporação, já tínhamos prometido um hospital de campanha em condições para uma intervenção em catástrofe e nós demos um subsídio para isso, no valor de 4 mil e tal euros. Também há uma questão de proximidade. Vaim desculpar mas a nossa ligação com os Bombeiros de Montelavar é praticamente nula. Nunca vieram ter connosco e não nos puseram a par dos seus projectos, o que não acontece em relação aos de Sintra, que todos os meses, ou quase, se disponibilizam para fazer rastreios gratuitos à nossa população, nos dias de feira. Os de S. Pedro, nem sei quem é o comandante, nunca o vi, nunca se apresentou; o de Colares já é diferente, agora estão a pedir-nos apoio para instalar um posto avançado em Fontanelas e, se isso for avante, cá estaremos.

Vogal João Ferreira - "Boa noite a todos os presentes. Tenho aqui uma dúvida no controlo orçamental da despesa, no ano de 2017, na página 16/89, no item: "Estudos, pareceres, projectos e consultadoria", pergunto o que é que está inserido neste item?

Resposta : Estão incluídos nessa rubrica as despesas com serviços jurídicos, acessória na contabilidade, algum levantamento topográfico que tenha de se fazer...são serviços específicos.

Vogal João Ferreira - "Ok. Outra intervenção relacionada com o colega de bancada, Nuno Cardoso, queria deixar duas notas. Eu verifico que na folha de apoio às colectividades, associações e outras instituições-2017, vejo que a Sociedade Filarmónica União Assaforense foi apoiada com 13 mil e 900 euros. Nesta localidade existem mais duas entidades, a Associação de Bem Estar Social de Assafora, Cortezia e Catribana e também a Cruz Vermelha. Ambas prestam um serviço indispensável à comunidade idosa, mais especificamente, no apoio às refeições, quer na sua própria habitação, quer também no espaço do edifício. Assim como a Cruz Vermelha que penso não ter qualquer contributo por parte da Freguesia, há mais de 10 anos. Realizaram, recentemente, algumas obras de recuperação. Falando mais especificamente na Cruz Vermelha, presta serviços diversos de enfermagem, como rastreios, pensos, vacinação a quem necessitar desses serviços. Talvez se reduzíssemos grandes apoios apenas a alguns, talvez

Eusébio
Vera Roche

cheguemos a mais. Falando no caso da SFUA, que nós sabemos que tem escola de música, que é gratuita, mas, se calhar, se encolhermos um bocadinho, conseguimos chegar a mais entidades que também necessitam desse apoio, como é o caso desta e da Associação de Bem Estar. Era esta nota que eu gostava de deixar.”-----

Presidente da Junta - “Relativamente à Cruz Vermelha, eu não sei o que é que a Cruz Vermelha quer. Nunca vieram ter connosco, nunca nos pediram nada, juridicamente não estão sediados na Freguesia, são da Amadora. Nem com este executivo nem com os anteriores. E nós, por nossa iniciativa, não podemos prestar apoio a ninguém. Tem que ser solicitado, conforme diz o nosso regulamento, até 30 de Outubro do ano anterior, para que o nosso orçamento o possa contemplar no ano que vai seguir-se. Agora, se vierem ter connosco, apresentarem uma resenha da sua actividade e do que se propõem fazer, poderemos ter isso em consideração, mesmo que juridicamente estejam fora da Freguesia. Existem apenas dois ou três casos de fora da Freguesia que são apoiados: É a Associação de Surdos do Concelho de Sintra, que presta apoio a surdos da nossa freguesia; a Liga Portuguesa Contra o Cancro, em que participamos activamente na mobilização de voluntários para fazerem o peditório na freguesia, cujo montante é depois arredondado com um pequeno apoio nosso e o Ciclismo de Nafarros, por se tratar de um evento que, por tradição, chama muita gente da freguesia. São estas as únicas entidades de fora da Freguesia que nós apoiamos.”-----

Presidente da Mesa - “Muito obrigado. Já agora, permito-me registar com agrado a sua intervenção, porque compreendo o trabalho que o executivo tem, mas compreendo também a sua preocupação que deve ser, seguramente, a preocupação de todos nós no sentido de transformarmos em proximidade os apoios que possamos facultar a todos nós. Seguramente que, à semelhança da Cruz Vermelha, deverão existir outras instituições que poderão, eventualmente, precisar do nosso apoio. Deixo aqui um pequeno desafio ao executivo, para tentar, pelo menos, perceber como é que está a trabalhar uma instituição que está inserida na nossa Freguesia. Sendo particular ou não, faz para mim, algum sentido que se perceba como é que alguém que trabalha na nossa Freguesia não tenha uma relação directa com a Junta. Seria importante perceber como é que eles trabalham, independentemente dos apoios que possamos ou não facultar. Daí, eu registar com agrado a sua intervenção bem como a explicação que o Senhor Presidente da Junta deu na sua intervenção. Sr. Presidente, dou-lhe a palavra.”-----

Presidente da Junta - “Só para dar mais uma achega. Nós apoiamos as Associação de Bem Estar de Assafora, Cortezia e Catribana, agora o que não posso é entrar nas instalações e fazer a carta a pedir apoio. Mas há casos em que deixam passar o 30 de Outubro, o 30 de Novembro e não mostram interesse nenhum em saber se a Junta pode ou não apoiar no ano que vem. Não podemos ser nós a andar atrás deles. Cada vez vamos de ter de ser mais rígidos, para que todos cumpram. Não podemos pactuar com essas situações: não pedem, não levam. Também somos acusados, em relação aos passeios da Junta, de que são sempre os mesmos a ir aos passeios. Ora, têm de ser as pessoas a deslocarem-se à Junta para se inscreverem. Não podemos ser nós a ir bater à porta das pessoas.”-----

Luís
Vera Rocha

Presidente da Mesa - "Muito obrigado pela explicação, Sr. Presidente. Eu só espero que para o ano tenhamos a possibilidade de ter mais instituições próximas de todos nós. De qualquer forma eu gostaria de pôr à votação o Ponto 6, até porque estamos a caminhar a passos largos para a meia noite e temos de ter alguma celeridade.

VOTAÇÃO:

Votos Contra	-0
Abstenções	-6 (PS+CDU)
Votos a Favor	-7

RESULTADO: Aprovado por maioria.

Ponto nº 7 – Apreciação e Votação da 1ª Revisão do Orçamento de 2018

Pergunto ao executivo se pretende fazer alguma explicação relativamente a este ponto?

Presidente da Junta - "Só para dizer que esta revisão tem como fundamento a introdução do saldo transitado e da receita dos acordos de execução relativamente às escolas....."

Sr. Presidente da AF - Pergunta às bancadas se há pedidos de intervenção. Não há, passa à votação

Votos Contra	-0
Abstenções	-6 (PS+CDU)
Votos a Favor	-7

Aprovado por maioria.

Passemos ao

Ponto 8 - Apreciação do Inventário dos Bens Patrimoniais

Não havendo pedidos de intervenção, considera-se que a Assembleia tomou conhecimento do documento.....

Antes de dar por terminada esta assembleia, permitam-me duas breves notas: uma, que eu creio que terá sido falada e que se prende com os cartões de identificação dos membros da Assembleia. É meu entendimento -e corrijam-me se estiver errado - e da maioria, se não da totalidade dos membros desta Assembleia, que devemos ter um cartão identificativo que, quando solicitados a intervir, possamos fazê-lo na qualidade de membros desta Assembleia e aí, obviamente, precisamos de ter um cartão identificativo. Eu creio que já tínhamos falado neste assunto, mas gostaria, no entanto, de ouvir as respectivas bancadas, se, eventualmente, houver algo a dizer sobre este assunto.....

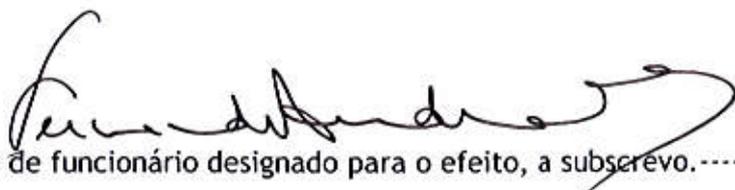
Presidente AF - "Antes de terminarmos mais uma pequena nota. Parece-me que seria interessante descentralizarmos as reuniões da Assembleia de Freguesia.

[Handwritten signature]
[Handwritten star]
Vera Rocha

Com a questão da descentralização, eu não quero dizer que isto deva ser feito em todas as reuniões. Aliás, eu iria um pouco mais longe dizendo que não faz sentido para mim -mas a Assembleia será soberana na apreciação da possibilidade ou não de o fazermos -que as reuniões ordinárias sejam feitas fora dos locais habituais, dado que isso implica uma sobrecarga de trabalho para os administrativos, nomeadamente em termos de som e de documentação. As outras, as extraordinárias, é que deveriam ser descentralizadas, mas estas, como sabem, não têm espaço reservado para a intervenção do público. O que é que eu proponha? Que fizéssemos uma adenda ao regimento no sentido de lhe podermos acrescentar m artigo ou uma cláusula que mos permitisse, nas reuniões extraordinárias, ter o espaço de intervenção do público, por uma razão simples. Eu entendo que a política deve ser feita com base na proximidade das pessoas a quem nós fomos pedir o voto e pelas quais estamos aqui. Eu congratulo-me com o facto de olhar para esta sale e perceber que, em relação ao início desta sessão, nós temos muito mais pessoas nesta sala. Aliás, permito-me, desde já, agradecer a vossa presença. No entanto, considero que é manifestamente insuficiente e, mais do que isso, considero que será importante que nos façam chegar, quer à Assembleia, quer ao próprio executivo, os problemas que cada zona da Assembleia possa vivenciar. Para mim as coisas são muito claras: quando não tenho ninguém que venha ter comigo, vou eu ter com as pessoas. É muito simples e não faz sentido para mim andar quinze dias em campanha a solicitar um voto e depois ter quatro anos de esquecimento relativamente às pessoas que - perdoe-me a expressão - andei a chatear. Por isso faz todo o sentido, partilhado com outros membros desta Assembleia e não queria deixar passar esta oportunidade para vos pedir que meditem sobre esta situação e que, se vos for, em consciência, possível, aceitem esta sugestão no sentido de irmos ao encontro das populações. Claro que este assunto deverá ser muito bem articulado com o executivo da Junta. O Sr. Presidente há pouco disse e muito bem, que, por vezes se criam situações complicadas quando se fazem reuniões fora da nossa zona de conforto. O que é que vamos fazer? Que pontos da ordem de trabalhos vamos incluir? E isto requer mais trabalho para os serviços administrativos, mais trabalho para o executivo, que tem, de alguma forma, de fazer um estudo sobre a zona onde vai ser feita a reunião e tentar auscultar as populações no sentido de sabermos quais são as dificuldades que atravessam e tentarmos tratar essas mesmas dificuldades, nessa reunião. Eu acho que isso é possível, com a boa vontade de todos e acho que o Sr. Presidente tem sensibilidade para ir ao encontro desta sugestão."-----

Presidente da Junta - "Sr. Presidente, eu já ando nisto há 9 anos e nós já fizemos algumas reuniões descentralizadas. O problema é que vamos a Fontanelas ou a Santa Susana fazer uma reunião descentralizada e em vez de 7 pessoas, tem 9. Não julgue que vai ter muito mais pessoas lá. Mas estarei à sua inteira disposição para o que for necessário".-----

ENCERRAMENTO - Quando eram vinte e três horas e quarenta e seis minutos, o Sr. Presidente declarou encerrada a reunião, no final da qual e para que conste, se lavrou a presente acta que, depois de aprovada, será assinada pelos membros da mesa.-----

E eu,  , na
qualidade de funcionário designado para o efeito, a subscrevo.

18

, na



Vera Rocha